



Breve

**Acórdão favorável
Constitucional
legaliza PDR de
Marinho e Pinto**

O Tribunal Constitucional (TC) aprovou anteontem a certidão de legalização do Partido Democrático Republicano (PDR), que tem em Marinho e Pinto, o ex-bastonário da Ordem dos Advogados, um dos seus fundadores. A decisão do Tribunal Constitucional foi conhecida ontem, mas o acórdão ainda não foi tornado público. Os requerentes já foram notificados. Os serviços do TC deverão disponibilizar o acórdão provavelmente hoje.

Partidos aproximam posições nas penas por corrupção e no enriquecimento injustificado

**Parlamento
Sofia Rodrigues**

Penas mais pesadas nos crimes de colarinho branco são aprovadas hoje. E um novo tipo de crime está a fazer o seu caminho

Afinal há consenso. Todas as bancadas parlamentares vão subscrever uma proposta que prevê um maior agravamento de penas nos crimes de corrupção. E, no enriquecimento injustificado, há abertura do PS para aproximar posições.

No caso das penas para corrupção, o texto final vem substituir propostas do PSD e do PS que estavam paradas há dois anos na comissão, e reflecte as recomendações do Greco [Group of States Against Corrup-

tion], uma organização do Conselho da Europa que monitoriza o cumprimento pelos Estados dos padrões anticorrupção. O novo texto pode ser votado já hoje.

Entre as medidas previstas estão o alargamento do prazo de prescrição do tráfico de influência de 10 para 15 anos, o alargamento da pena de prisão para o crime de tráfico de influência de seis meses para três anos, a punição da tentativa nos crimes de corrupção activa para acto lícito, a possibilidade de ser facultativa a dispensa de pena nos casos de arrependimento efectivo e o alargamento do âmbito da incriminação nos crimes de peculato e peculato de uso a coisas imóveis. No caso do enriquecimento injustificado, o líder da bancada socialista mostrou ontem abertura para viabilizar propostas similares de outros partidos. Ferro Rodrigues começou



Ferro Rodrigues admite deixar passar projectos da maioria

por afirmar que “ficou demonstrado foi que o PS tinha razão com a decisão que o TC tomou sobre esta matéria”, ao chumbá-la por inversão do ónus da prova. Mas agora, que todos os partidos vão avançar com novos projectos, de forma a colocar o problema no campo fiscal, onde não existe inversão do ónus da prova, os socialistas admitem que todos os projectos passem na generalidade”. A ideia é que, depois, “possam ser apreciados com cuidado, artigo a artigo, porque se trata de questões muito importantes, sensíveis e com impacto muito grande do ponto de vista económico e jurídico”, disse Ferro Rodrigues, após reunião do grupo parlamentar socialista.

“Votaremos o nosso projecto, mas estamos disponíveis para não obstaculizar a passagem de projectos de outros quando forem discutidos”, anunciou. **com Lusa**


**Fundos
da União Europeia**

Apresentação dos Programas Operacionais

- 18.02** 13h30 Algarve **Faro** Universidade do Algarve
- 20.02** 09h00 Centro **Viseu** Instituto Politécnico, Aula Magna
- 02.03** 09h00 Alentejo **Évora** Évora Hotel
- 11.03** 09h00 Norte **Sta Maria da Feira** Europarque
- 17.03** 13h30 Lisboa **Lisboa** Centro Cultural de Belém

Conheça as oportunidades de financiamento

www.portugal2020.pt

Para uma trajetória de crescimento e emprego

